O ESTADO DE S. PAULO

GERAL

PEDUCAÇÃO

Estado destina R\$ 700 milhões a municípios

Projeto vai reforçar o Fumdef e beneficiar o ensino em cidades mais pobres

governador Mário Covas vai repassar aos municípios os R\$ 700 milhões destinados, este ano, ao salário-educação no Estado de São Paulo. Nos próximos dias, o governo envia à Assembléia Legislativa projeto de lei autorizando o repasse. Com o salário-educação, o valor per capita do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fumdef), que hoje é de R\$ 710,64, aumentaria, em média, R\$ 100,00 por aluno.

O governo vai escalonar o valor do repasse de acordo com a receita municipal. Quanto mais pobre for o município, maior o valor repassado. "Estamos chamando esse projeto de Robin Hood", disse a secretária da

Educação, Rose Neubauer, ao anunciar a distribuição do salário-educação, durante o 42.º Congresso Estadual de Municípios, em Praia Grande, no litoral sul de São Paulo.

A secretária anunciou também a nova tabela de auxílio-transporte. Serão repassados anualmente às prefeituras, em média, R\$ 100,00 por aluno. Atualmente, os municípios gastam em torno de R\$ 1 mil por aluno/ano. Vários prefeitos ameaçam paralisar o transporte a partir do dia 1.º se o governo não negociar esse valor.

No dia 27, o Estado repassará as parcelas atrasadas do auxíliotransporte. Hoje, em São Paulo, 200 mil crianças dependem de condução escolar.

Nova Granada, Gavião Peixoto e Pirajuí são alguns dos municípios que ameaçam parar o transporte de alunos. "Se isso acontecer, vamos repassar o valor do transporte para os delegados de ensino; eles vão negociar com a comunidade e, com certeza, encontrarão um bom serviço por um preço bem mais baixo", comentou a secretária. "As aulas eventualmente perdidas serão recuperadas nas férias."

Rose Neubauer afirmou que os cerca de 40 mil professores dispensados após a redução das horas/aula não serão readmitidos. "Não é

PREFEITOS

AMEAÇAM

PARALISAR

TRANSPORTES

possível que a carreira de professor seja a única que vai defender a permanência de profissionais não habilitados", disse a docentes e diretores de escolas que lotavam o auditório do congresso.

Ontem, à noite, os membros da Associação Paulista de Municípios (APM) começaram a votar as teses que serão apresentadas hoje aos representantes das entidades municipalistas de 27 Estados. Entre as propostas, está a do prefeito de Gavião Peixoto, Alexandre Marucci Bastos (PFL). Bastos propõe a readequação da Emenda Constitucional 14, que criou o Fundo Nacional de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério. Ele quer reduzir o porcentual de recursos municipais retidos pelo fundo de 15% para 9%.



Rose Neubauer: "Estamos chamando esse projeto de Robin Hood"

Participantes do congresso vaiam e trocam acusações

Aos gritos de "ô dá-lhe Rose, ô dá-lhe Rose olê, olê, olá" e exibindo meia dúzia de faixas de agradecimento, a claque da secretária da Educação, Rose Neubauer, lotou ontem o auditório do 42.º Congresso Estadual de Municípios. "Ela (Rose) trouxe secretários e prefeitos que assinarão convênios de municipalização", confirmou Celso Giglio, presidente da Associação Paulista de Municípios.

A maioria dos prefeitos ficou do lado de fora do auditório. O deputado Cesar Callegari (PSB) foi vaiado ao questionar a destinação do salário-educação. Durante as manifestações o prefeito de Sorocaba, Renato Amary (PSDB), pediu, ao ouvido da deputada estadual Maria do Carmo Piunti, que sus-

pendesse as "perguntas polêmicas". Procurado pelo **Estado**, disse estar apenas "encurtando" a participação da secretária por causa do calor.

Cesar Callegari ficou de apresentar ontem requerimento pedindo a apuração do pagamento de diárias aos professores e delegados que participaram do Congresso. "Não trouxe claque, mas os delegados que estão aqui ajudaram a municipalizar", disse a secretária. Para ela, estranho seria "se eles estivessem participando de palestra sobre adubo". Rose Neubauer acusou Callegari de levar estudantes para aplaudi-lo na assembléia. "Seria interessante consultar o Conselho de Defesa da Criança e do Adolescente", concluiu. (G.A.)